BTG PACTUAL RESSEGURADORA S.A.

CNPJ (MF) nº 15.421.859/0001-41

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477 - 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo - SP
Tel.: (11) 3383-2000 - Fax: (11) 3383-2001 www.btgpactual.com

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da BTG Pactual Resseguradora S.A. (Companhia), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). **Contexto Operacional:** A BTG Pactual Resseguradora S.A., doravante denominada por "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objetivo social operar como resseguador local em todo território nacional e no exterior. A Companhia está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº15.421.859/0001-41. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco BTG Pactual S.A. Em 21 de fevereiro de 2013, a SUSEP, concedeu a referida autorização para a Companhia, aprovando a transformação do tipo societário para sociedade anônima (BTG Pactual Resseguradora S.A.). Em 1º de maio de 2013 a Companhia iniciou suas operações. O controle acionário da Companhia é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. A Companhia tem atuado no grupo de ramo financeiro e aceitando, majoritariamente, transferências de riscos da seguradora do Grupo BTG Pactual. **Desempenho:** A Companhia encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2018 com ativos totais de R$1.507,3 milhões, e patrimônio líquido de R$387,0 milhões. O lucro líquido da Companhia para o referido exercício foi de R$53,9 milhões, principalmente devido aos Prêmios emitidos de R$329,4 milhões, Variações das provisões técnicas de (R$134,9) milhões, Resultado com operação de retrocessão de (R$109,9) milhões, Resultado financeiro de R$40,4 milhões, Despesas administrativas de (R$15,1) milhões e despesas de Imposto de renda e Contribuição social de (R$23,6) milhões. **Auditores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** Para finalizar registramos um especial reconhecimento à Superintendência de Seguros Privados, à Federação Nacional de Empresas de Resseguros (FENABER), à Associação Nacional das Empresas Locais (ANRE), ao SINDSEG-SP, às seguradoras, resseguradoras e corretores de resseguros que honraram esta empresa com sua confiança, aos funcionários pelo profissionalismo colocado a serviço da Companhia e a demais autoridades do setor pelo apoio recebido ao longo do período.

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Circulante		938.183	749.775
Disponível	4	100	56
Caixa e bancos		100	56
Aplicações	5	451.549	353.250
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	291.950	232.720
Operações com seguradoras		273.492	210.576
Resseguradoras		18.458	22.144
Outros créditos operacionais		22.763	17.656
Ativos de resseguro e retrocessões	7a	152.490	122.573
Títulos e créditos a receber	6	71	638
Créditos a receber		47	–
Créditos tributários e previdenciários		5	638
Outros créditos		19	–
Custos de aquisição diferidos		19.260	22.882
Ativo não circulante		569.158	627.845
Realizável a longo prazo		569.158	627.845
Aplicações	5	78.728	169.394
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	223.185	236.036
Operações com seguradoras		223.185	212.353
Resseguradoras		–	23.683
Ativos de resseguro e retrocessões	7a	228.427	198.615
Títulos e créditos a receber	6	2.192	1.982
Créditos tributários e previdenciários		2.192	1.982
Custos de aquisição diferidos		36.626	21.818
Total de ativo		1.507.341	1.377.620

	Notas	2018	2017
Circulante		515.366	440.017
Contas a pagar		58.444	61.195
Impostos e encargos sociais a recolher		3.880	252
Encargos trabalhistas		280	234
Impostos e contribuições		13.361	19.348
Outras contas a pagar		40.923	41.361
Débitos de operações com seguros e resseguros	7b	183.625	162.243
Prêmios a restituir		4.450	1.014
Operações com resseguradoras		164.153	139.312
Corretores de seguros e resseguros		15.022	21.917
Provisões técnicas	8	273.297	213.562
Danos		273.297	213.562
Outros débitos		–	3.017
Passivo não circulante		604.972	551.457
Contas a pagar		14	582
Tributos diferidos		13	581
Diversos		1	1
Débitos de operações com seguros e resseguros	7b	145.491	170.920
Prêmios a restituir		–	1.022
Operações com resseguradoras		121.633	149.000
Corretores de seguros e resseguros		23.858	20.898
Provisões técnicas	8	456.109	379.955
Danos		456.109	379.955
Outros débitos		3.358	–
Patrimônio líquido	13a	387.003	386.146
Capital social		350.000	350.000
Reservas de lucros		37.767	35.068
Ajuste de avaliação patrimonial		(764)	1.078
Total do passivo		1.507.341	1.377.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2018	2017
Prêmios emitidos	14a	329.428	279.835
Variações das provisões técnicas		(134.940)	(106.569)
Prêmios ganhos		194.488	173.266
Sinistros ocorridos	14b	(775)	(25.461)
Custos de aquisição	14g	(14.501)	(11.396)
Resultado com operação de retrocessão	14c	(109.885)	(81.097)
Outras receitas operacionais	14h	506	1.560
Outras despesas operacionais	14h	(995)	(818)
Despesas administrativas	14d	(15.117)	(13.170)
Despesas com tributos	14e	(9.060)	(8.562)
Resultado financeiro	14f	40.376	50.001
Resultado operacional		85.037	84.323
Resultado antes dos impostos e participações		85.037	84.323
Imposto de renda	12	(12.650)	(12.268)
Contribuição social	12	(10.907)	(10.384)
Participações sobre o lucro		(7.569)	(6.802)
Lucro líquido do exercício		53.911	54.869
Juros sobre capital próprio		(24.609)	(26.000)
Quantidade de ações (em lotes de mil)		337.178	337.178
Lucro líquido por ação - R$		0,16	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	53.911	54.869
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(764)	1.078
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**53.147**	**55.947**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	350.000	5.688	61.511	677	–	417.876
Resultado do exercício	–	–	–	–	54.869	54.869
Títulos e valores mobiliários	–	–		401	–	401
Destinação do lucro líquido						
Reserva de lucros	–	2.743	26.126	–	(28.869)	–
Dividendos	–	–	(61.000)	–	–	(61.000)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(26.000)	(26.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	350.000	8.431	26.637	1.078	–	386.146
Resultado do exercício	–	–	–	–	53.911	53.911
Títulos e valores mobiliários	–	–		(1.842)	–	(1.842)
Destinação do lucro líquido						
Reserva de lucros	–	2.696	26.606	–	(29.302)	–
Dividendos	–	–	(26.603)	–	–	(26.603)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(24.609)	(24.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	350.000	11.127	26.640	(764)	–	387.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	53.911	54.869
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(9.475)	(29.048)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(46.379)	(135.749)
Outros créditos operacionais	(5.107)	(136)
Ativos de resseguro e retrocessões	(59.729)	(56.625)
Títulos e créditos a receber	357	(1.220)
Custos de aquisição diferidos	(11.186)	(24.422)
Contas a pagar	(27.928)	(7.627)
Depósitos de terceiros	–	(205)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(4.047)	122.089
Outros débitos	341	1.826
Provisões técnicas	135.889	137.268
Caixa líquido gerado pelas operações	26.647	61.020
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(26.603)	(61.000)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	(26.603)	(61.000)
Redução de caixa e equivalente de caixa	44	20
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56	36
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	100	56
Transações não caixa		
Juros sobre o capital próprio	(24.609)	(26.000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BTG Pactual Resseguradora S.A., doravante denominada por "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objetivo social operar como resseguador local em todo território nacional. A Companhia está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 15.421.859/0001-41. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco BTG Pactual S.A. (doravante referido também como "Banco"). A Companhia foi constituída em 13 de abril de 2012, como sociedade limitada, com a razão social "BTG Pactual Re Holding LTDA.", e em 31 de maio daquele ano, submeteu à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pedido de autorização para funcionamento como resseguador local. Em 21 de fevereiro de 2013, a SUSEP, através da Portaria nº 5.173, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2013, concedeu a referida autorização para a Companhia, aprovando a transformação do tipo societário para sociedade anônima (BTG Pactual Resseguradora S.A.). Em 1º de maio de 2013, após ter finalizado as últimas formalidades para sua efetiva constituição como resseguradora local, a Companhia iniciou suas operações. O controle acionário da Companhia é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. A Companhia têm atuado no grupo de riscos financeiros aceitando transferências de riscos da seguradora do Grupo BTG Pactual. **2. Elaboração e apresentação das Demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e orientação da SUSEP, doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP". **a. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos (i) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. **b. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstração Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **e. Estimativas contábeis críticas e julgamentos:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações contábeis e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Aplicações (Instrumentos financeiros); • Classificação dos contratos de seguros e de investimentos; • Mensuração dos contratos de seguros; • Custos de aquisição diferidos; • Provisões técnicas; • Teste de adequação dos passivos; e • Prêmios a receber. **f. Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. **g. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** IFRS 9 - Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP. IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: em maio de 2014, o IASB emitiu o novo pronunciamento de reconhecimento de receita, o CPC convergirá para esse novo pronunciamento, que tem adoção mandatória para os exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018, com requerimentos de comparabilidade específicos ("full ou modified retrospective approach"). O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as companhias em todos os segmentos, exceto para contratos de seguros. A criação de uma única norma representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. O CPC 47 foi aprovado pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 561/17, porém não há impactos significativos na Companhia. IFRS 17 - Contratos de Seguros: emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1° janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores das provisões técnicas. **b. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial de ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos, as transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em "Resultado financeiro". **Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente: • A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou • Os ativos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou • O ativo financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado financeiro". **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de dívida. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente (líquido de efeitos tributários). Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, os ganhos ou perdas acumulados, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, são transferidos para o resultado, na rubrica "Resultado financeiro". As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e baixadas, quando aplicável, da demonstração do resultado abrangente. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável. **Hierarquia de mensuração do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores

continua →☆

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2019 08:55:35.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30045392] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. **c. Redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros (*Impairment*):** A Companhia avalia no final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre os instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. **d. Contratos de resseguros:** De acordo com o CPC 11 - Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, define-se um contrato como contrato de seguro quando o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte, concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto ocorrer ocasionando um sinistro. O CPC 11 também prevê contratos de investimento, que são aqueles em que se transfere risco financeiro (risco de mudança futura em variáveis como taxa de juros e preço de ativos) significativamente. Quando um contrato é classificado como contrato de seguro, deve-se manter essa classificação até o fim da sua vida, mesmo que os riscos de seguros se reduzam significativamente. **e. Classificação dos contratos de resseguros:** As principais definições das características de um contrato de resseguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de resseguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **f. Mensuração dos contratos de retrocessão:** Os prêmios de retrocessão são lançados no mesmo exercício dos prêmios de resseguro e são contabilizados no resultado, na rubrica "Resultado com Operações de Retrocessões". A Companhia usualmente transfere parcelas dos riscos assumidos em resseguro para diversas resseguradoras do mercado, em retrocessão, através de contratos automáticos. Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição da Resseguradora. Em determinadas circunstâncias, dependendo das características do risco , as operações de retrocessão podem se dar através de contratos facultativos. **g. Provisão para redução ao valor recuperável:** A provisão para redução no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores sobre vencidos acima de 180 dias. **h. Teste de adequação do passivo - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP n° 517/15 e alterações posteriores. Segundo esta Circular, a Companhia deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões técnicas constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontados dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), caso a deficiência seja relacionada às provisões para cobertura dos sinistros a ocorrer. Caso a deficiência seja relacionada às provisões de sinistros ocorridos, a Companhia deve promover os ajustes necessários nessas provisões. **i. Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA. Em 30 de julho de 2015, foi publicada a Circular SUSEP nº 517/15, com alterações posteriores, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer introduzidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, calculada pelo método "pro rata-die", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado no mês de constituição. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE, conforme definido em nota técnica atuarial, poderá ser calculada com base na estimativa de prêmios projetados para os riscos que farão parte do programa de resseguros admitidos pela Companhia. Neste caso, suas estimativas são apuradas pelas seguintes informações: • Prêmios projetados (baseado nos contratos de resseguros automático); ou • Prêmios estimados de acordo com as expectativas de contratos anteriores. As estimativas são apropriadas mensalmente sendo provisionado o saldo apurado na base "pro-rata-die" ou ajustado em 100%, conforme tendência observada na última revisão efetuada (nos meses de dezembro de junho de cada ano). O propósito dessa provisão é captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão do prêmio. Assim essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela companhia, porém ainda não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das Demonstrações contábeis. A metodologia de cálculo utilizada considera os parâmetros estipulados na Circular SUSEP nº 517/15 em função da Companhia não possuir histórico de sinistralidade. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR representa o montante esperado de despesas ainda não pagas ou suficientemente reservadas, relacionadas aos sinistros ocorridos. Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazos, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. **j. Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões de corretagem relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. **k. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: i) Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **l. Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 (R$120 no período) e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até agosto de 2015 e à alíquota de 20% a partir de setembro de 2015, sendo aplicável até o exercício de 2018. **m. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro ou prejuízo pelo número de ações da Companhia. **n. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **o. Reconhecimento de prêmio emitido de contrato de resseguro:** As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de vigência do risco das respectivas apólices. **p. Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado), são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período. **q. Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do exercício sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício. Os ativos sujeitos a avaliação da redução do valor recuperável são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor entre valor em uso e valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros, taxas de descontos, iliquidez, entre outros. **4. Disponibilidades:** O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos no Banco BTG Pactual S.A. **5. Aplicações:** O valor contábil dos ativos financeiros representa exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data-base das demonstrações contábeis está apresentada abaixo:

Movimentação das aplicações financeiras:

Saldo em 31/12/2017	522.644
Aplicações	317.623
Resgates	(348.350)
Rendimentos	40.470
MTM	(2.110)
Saldo em 31/12/2018	530.277

a. Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados integralmente no ativo circulante.

	2018								2017	
	Curva	Mercado	%	Até 90 dias ou sem vencimento	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	353.909	353.898	67%	275.171	–	78.728	–	–	353.250	68%
Cotas de fundos de investimento	8.725	8.725	2%	8.725	–	–	–	–	61.979	12%
Fundos de investimentos multimercado	8.725	8.725	2%	8.725	–	–	–	–	61.979	12%
Títulos públicos do governo brasileiro	345.184	345.173	65%	266.446	–	78.728	–	–	291.271	56%
Letras Financeira do Tesouro (LFT)	345.184	345.173	65%	266.446	–	78.728	–	–	291.271	56%
Ativos financeiros disponíveis para venda	178.478	176.379	33%	–	2.706	43.488	103.728	26.456	169.394	32%
Títulos privados no Brasil	178.478	176.379	33%	–	2.706	43.488	103.728	26.456	169.394	32%
Debêntures	149.624	149.923	28%	–	2.706	43.488	103.728	–	141.870	27%
Certificado de recebíveis imobiliários	28.854	26.456	5%	–	–	–	–	26.456	27.524	5%
	532.387	530.277	100%	275.171	2.706	122.216	103.728	26.456	522.644	100%

Não houve reclassificação entre as categorias de aplicações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **b. Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos e privados tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA e para aquelas sem cotação utiliza-se metodologia própria - "market to model" - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A e Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. **c. Hierarquia do valor justo:** A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados pelo valor justo:

	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Cotas de fundos de investimento	–	8.725	8.725	–	61.979	61.979
Fundos de investimentos multimercado	–	8.725	8.725	–	61.979	61.979
Títulos públicos do governo brasileiro	345.173	–	345.173	291.271	–	291.271
Letras financeiras do Tesouro Nacional (LFT)	345.173	–	345.173	291.271	–	291.271
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Títulos privado no Brasil	–	176.379	176.379	–	169.394	169.394
Debêntures	–	149.923	149.923	–	141.870	141.870
Certificado de recebíveis imobiliários	–	26.456	26.456	–	27.524	27.524
	345.173	**185.104**	**530.277**	**291.271**	**231.373**	**522.644**

Não houve reclassificação entre níveis hierárquicos de aplicações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. **6. Títulos e créditos a receber:** Os saldos dessa rubrica referem-se substancialmente a impostos a recuperar sobre resgate de cotas de fundos e títulos de renda fixa. **7. Operações de resseguros e retrocessões:**

a. Ativos de resseguro e retrocessão:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para prêmios não ganhos - PPNG	599.859	500.820
(–) Comissões diferidas de retrocessão cedida	(266.966)	(222.121)
Provisão para prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE)	21.694	17.740
Recuperação de indenizações avisadas	19.214	18.539
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	7.116	6.210
	380.917	321.188

b. Débitos de operações com seguros e resseguros:

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmio de retrocessão cedida	479.770	449.895
Recuperação de comissões sobre retrocessão cedida	(215.676)	(179.323)
Riscos vigentes mas não emitdos - RVNE	21.692	17.739
Restituição	4.450	2.037
Comissão de corretagem	38.880	42.815
	329.116	333.163

c. Movimentação de retrocessão cedida:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	333.163	211.074
Prêmios cedidos em retrocessão	285.382	232.143
Riscos vigentes mas não emitidos - RVNE	(3.954)	(1.685)
Comissão a receber sobre prêmios cedidos	(123.546)	(101.639)
Pagamentos	(161.929)	(6.730)
Saldo final	329.116	333.163

8. Provisões técnicas: A tabela abaixo demonstra a composição das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2018:

Provisões técnicas - resseguro aceito	31/12/2017	Constituição/ Reversão	31/12/2018
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	697.416	130.423	827.839
Comissões diferidas	(132.091)	(8.003)	(140.094)
Provisão de Sinistros a Liquidar	19.389	316	19.705
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	8.803	181	8.984
Provisão de Despesas relacionadas	–	394	394
Total	**593.517**	**122.917**	**716.828**

Provisões técnicas - retrocessão aceita	31/12/2017	Constituição/ Reversão	31/12/2018
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	–	15.722	15.722
Comissões diferidas	–	(3.144)	(3.144)
Total	**–**	**12.578**	**12.578**

Ativos de retrocessão cedida	31/12/2017	Constituição/ Reversão	31/12/2018
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	518.560	102.993	621.553
Comissões diferidas	(222.121)	(44.845)	(266.966)
Provisão de sinistros a Liquidar	18.539	314	18.853
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	6.210	906	7.116
Provisão de Despesas relacionadas	–	–	361
Total	**321.188**	**59.368**	**380.917**

9. Créditos das operações com seguradoras e resseguradoras:

a. Movimentação de prêmios a receber:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	468.756	333.007
Prêmios emitidos		
Emitidos	604.134	672.955
Riscos vigentes mas não emitidos (RVNE)	1.985	7.368
Cancelados	(218.435)	(328.223)
Recebidos	(340.437)	(190.915)
Comissão sobre prêmio emitido		
Emitidas	(105.000)	(140.241)
Canceladas	46.742	67.975
Pagas	57.390	46.830
Saldo final	**515.135**	**468.756**

As operações com seguradoras e resseguradoras contemplam os prêmios de resseguro e retrocessão aceitas e riscos vigentes não emitidos.

b. Créditos por prazo de vencimento:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Prêmio	Comissão	Líquido	Prêmio	Comissão	Líquido
Vencidos de 1 a 30 dias	9.063	(1.442)	7.621	8.895	(1.504)	7.391
Vincendos:						
de 1 a 30 dias	25.463	(4.050)	21.413	18.239	(3.083)	15.156
de 31 a 60 dias	58.343	(10.054)	48.289	71.662	(12.117)	59.545
de 61 a 120 dias	168.269	(26.765)	141.504	41.397	(7.000)	34.397
de 121 a 180 dias	10.101	(1.607)	8.494	31.210	(5.277)	25.933
de 181 a 365 dias	86.537	(13.764)	72.773	109.505	(18.516)	90.989
acima de 365 dias	255.714	(40.673)	215.041	283.235	(47.890)	235.345
	613.490	**(98.355)**	**515.135**	**564.143**	**(95.387)**	**468.756**

O período médio de parcelamento para recebimento dos prêmios e retrocessões é de 120 dias. **10. Teste de adequação de passivos (TAP):** O TAP foi elaborado bruto de retrocessão, e para a sua realização a Resseguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP na Circular nº 517/15 e alterações posteriores. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ - Pré-Fixada), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear para a estimação dos parâmetros do modelo. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia, concluiu-se que o seu passivo por contrato de resseguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas ou constituição de PCC, deduzida dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **a. Taxa de juros contratada e esperada para ativos e passivos:** Para a data-base de 31 de dezembro de 2018 utilizamos a ETTJ Pré-fixada divulgada pela SUSEP. **b. Sinistralidade:** Adotou-se para composição de fluxo de sinistros a ocorrer a sinistralidade de mercado para cada agrupamento de ramos uma vez que a sinistralidade da resseguradora não demonstrou consistência estatística.

Ramo	31/12/2018 Agrupamento de ramos 07	31/12/2017 Agrupamento de ramos 07
Mercado	44%	42%

11. Gerenciamento de riscos: A Companhia, aprovada pela SUSEP para atuar como resseguradora local, é dedicada a atividades de resseguro nos grupos de riscos financeiros e tem como diferencial a qualidade de seus contratos de resseguro e retrocessão, permitindo maior segurança na transferência de riscos e retenção de prêmios. A Companhia conta com profissionais altamente capacitados e com grande conhecimento nos nichos escolhidos, além de um nível de informatização adequado para as suas operações. A atuação focada em nichos específicos, com produtos diferenciados, permite vantagem competitiva nos negócios. A Companhia mantém, ainda, constante sinergia com outros resseguradores do mercado, locais, admitidos e/ou eventuais, para operações de retrocessão. A Companhia tem, como princípios norteadores, a total transparência e confiabilidade em suas operações, a realização de subscrição responsável,

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2019 07:25:17.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30042780] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

da mais alta qualidade, de modo a produzir resultados consistentes. Destaca-se, ainda, a eficiente política de investimentos da Companhia que, atendendo aos normativos vigentes, busca a rentabilidade a médio e longo prazos. Os contratos de resseguro e/ou de retrocessão, principalmente por envolverem aspectos financeiros, contam com a análise de diversas áreas dentro do Grupo BTG Pactual, além do comercial e jurídico, tais como áreas operacional, contábil, financeira, além de controles internos e de tecnologia, a depender da operação. Reuniões periódicas são realizadas com membros das diversas áreas envolvidas para debater o processo de criação e aprovação de contratos e novos produtos, tendências do mercado, identificação de demandas e mudanças no quadro regulatório. A Companhia conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos do resseguro, bases tarifárias e parâmetros técnicos para as operações e contratos, de acordo com cada grupo de ramo. **Estrutura e gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos da Companhia é gerido no âmbito do Grupo BTG Pactual, que monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. O envolvimento dos Comitês (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Grupo BTG Pactual são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Além disso, há o gerenciamento de risco *in-loco*. Dependendo do tamanho ou complexidade de um risco, engenheiros especializados acompanham o andamento do risco gerando informações mais completas e fidedignas de cada risco. A estrutura de comitês do Grupo BTG Pactual permite a participação de toda a organização e garante que as decisões sejam fácil e eficazmente implementadas. Os principais comitês envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Comitê de Gestão, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos, (ii) Comitê de Novos Negócios, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos, (iii) Comitê de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Comitê de Risco, (iv) Comitê de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (*Value at Risk* - VaR) e para a aprovação de exceções, (v) Comitê de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente as políticas internas estabelecidas e limites regulatórios, (vi) Comitê de AML (anti money laundry) Compliance, que é responsável por estabelecer regras de política e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro, (vii) Comitê CFO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital, (viii) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto a manutenção dos registros contábeis. **Riscos de resseguros:** Entre os diversos riscos envolvidos em contratos de resseguro, o principal é o de que sinistros não correspondam às expectativas e estimativas feitas quando da assunção dos riscos. Fatores internos e externos às operações e contratos de seguro ressegurados que podem causar sinistros vultosos e de alta complexidade. O objetivo primordial da Companhia é assegurar provisões técnicas suficientes para fazer frente a esses riscos. A Companhia dispõe de comitê específico, cuja atribuição é definir a constituição e administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas, estabelecer diretrizes para o investimento de tais recursos com objetivo de rentabilidade a médio e longo prazos e definir limites de risco e estratégias de alocação/aplicação dos recursos em ativos financeiros, de acordo com a lei e normas regulamentares aplicáveis. O comitê é composto não só por executivos da Companhia e responsáveis diretos pela gestão do negócio, mas também por profissionais chaves das áreas comercial, financeira e de crédito do Grupo BTG Pactual. A constituição de provisões técnicas e a gestão dos investimentos da Companhia seguem o mais alto padrão ético de governança de forma a garantir a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez da Companhia para fazer frente às suas obrigações e manter o necessário equilíbrio econômico-financeiro e atuarial. A exposição aos riscos é reduzida através de processos e procedimentos rigorosos de subscrição, acompanhamento periódico, diversificação da carteira de contratos de resseguro, além da cessão de riscos em contratos de retrocessão para outros resseguradores do mercado. A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco para o grupo de ramo de riscos financeiros:

Exposição máxima ao risco de seguro			
31/12/2018		31/12/2017	
Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
57.438.982	3.526.147	53.621.286	2.891.446

a. Análise de sensibilidade: A tabela abaixo demonstra resultados de testes de sensibilidade aplicados aos contratos de resseguro, com base na variação das principais premissas atuariais da Companhia:

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido 31/12/2018		Impacto no resultado e no patrimônio líquido 31/12/2017	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas atuariais				
Aumento de 20% na frequência de sinistros (IBNR)	154	92	202	20

b. Retrocessão cedida: Operações de retrocessão são utilizadas com o objetivo de pulverizar os riscos assumidos pela Companhia. A Companhia transfere parte de determinado risco ou mesmo uma carteira de riscos em determinado ramo a resseguradores locais, admitidos e/ou eventuais. O objetivo da retrocessão é não só pulverizar os riscos, mas garantir a solidez financeira e estabilidade de resultados da resseguradora, com a garantia da liquidação de eventual(is) sinistro(s) e ampliação da possibilidade/capacidade de aceitar mais transferências de risco em resseguro. A tabela abaixo demonstra a gestão de riscos com operações de retrocessão:

	31/12/2018				31/12/2017			
		Retrocessão cedida				Retrocessão cedida		
	Prêmios emitidos diretos	Proporcional	Não proporcional	Prêmios retidos	Prêmios emitidos diretos	Proporcional	Não proporcional	Prêmios retidos
Garantia	329.428	157.882	24.609	146.937	279.835	128.819	19.404	131.612
	329.428	**157.882**	**24.609**	**146.937**	**279.835**	**128.819**	**19.404**	**131.612**

c. Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia manteve nível de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Companhia é constituído como o maior valor entre o capital-base, capital de risco e patrimônio líquido ajustado que visam garantir os riscos inerentes às operações. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP quanto sua forma de apuração. As Resoluções CNSP nºs 283, 316 e 321 de 2013, 2014 e 2015, acrescentaram requerimentos de capital para os riscos de subscrição e operacionais e alteraram a forma de apuração do Capital Mínimo Requerido.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	387.003	386.146
Ajustes Econômicos	–	1.800
Patrimônio líquido ajustado (a)	387.003	387.946
Capital-Base - CB (b)	60.000	60.000
Capital de Risco		
Capital risco de subscrição	19.995	23.555
Capital risco de crédito	27.504	35.885
Capital risco operacional	2.991	2.433
Capital risco de mercado	8.063	17.657
Benefício de diversificação	(11.260)	(17.730)
Capital de Risco (c)	47.293	61.799
Capital Mínimo Requerido - CMR - (d) - maior entre (b) e (c)	47.293	61.799
Suficiência de capital (e= a - d)	327.003	326.147
Suficiência de capital (d/e)	545,01%	527,75%
20% do Capital de Risco	9.459	12.360

d. Concentração de riscos:

	31/12/2018 Ramo Garantia		31/12/2017 Ramo Garantia	
Bruto de retrocessão cedida	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Centro-Oeste	2.275	1%	977	0%
Nordeste	6.452	2%	2.483	1%
Norte	–	0%	12,00	0%
Sudeste	289.425	88%	263.449	94%
Sul	16.128	5%	12.914	5%
Exterior	15.148	0%	–	0%
Total	**329.428**	**95%**	**279.835**	**100%**

	31/12/2018 Ramo Garantia		31/12/2017 Ramo Garantia	
Líquido de retrocessão cedida proporcional	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Centro-Oeste	1.234	1%	541	0%
Nordeste	3.285	2%	5.404	4%
Norte	–	0%	6	0%
Sudeste	142.769	91%	136.853	91%
Sul	9.420	6%	7.019	5%
Exterior	10.774	7%	–	0%
Total	**156.708**	**100%**	**149.823**	**100%**

Risco de mercado: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade DV01 (*Delta Variation*), com o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou a taxa do indexador:

			31/12/2018		31/12/2017	
Descrição	**Papel**	**Vencimento**	**Saldo contábil**	**DV 01**	**Saldo contábil**	**DV 01**
Debênture	PBHA-D21	15/04/2021	27.362	(3)	45.985	(1)
	MAGE11	15/01/2021	16.126	(3)	2.952	–
	PMAV11	20/05/2022	80.632	(1)	73.608	–
	CRUM12	19/12/2022	11.506	(1)	14.714	–
	GBEE11	19/12/2022	3.598	–	4.611	–
	CRMG14	14/06/2022	7.992	–	–	–
	JHSP17	01/12/2019	2.707	–	–	–
Certificado de Recebível Imobiliário	GAIA S	13/01/2033	26.456	(21)	27.524	–
			176.379	**(29)**	**169.395**	**(1)**

A análise DV01 não se aplica aos demais papéis da companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte das seguradoras ou resseguradoras; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores, intermediários ou outras contrapartes; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos Tomadores e Segurados das Companhias de Seguros ou seus clientes. **a. Exposição ao risco de crédito de resseguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber abrange basicamente ramos de riscos a decorrer. A Administração entende que, no que se refere às operações de resseguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito e, desta forma, adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de retrocessão, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais para operações de resseguro não proporcional, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de retrocessão, operando com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras.

***b. Rating* dos resseguradores dos contratos de resseguros:**

Tipo de ressegurador	Resseguador	% Cessão	Rating Fitch	Rating S&P	Rating Moody's	Rating AM Best
Local	Resseguador 1	0,2%				A
Local	Resseguador 2	8,8%				A-
Local	Resseguador 3	21,1%	AA	AA-	Aa3	A+
Local	Resseguador 4	2,2%		AA-	Aa3	A+
Local	Resseguador 5	2,8%		AA-	Aa3	A+
Admitido	Resseguador 6	3,9%				A+
Admitido	Resseguador 7	2,7%	A	A		
Admitido	Resseguador 8	6,6%	A	A		
Admitido	Resseguador 9	6,5%	A+	A+		
Admitido	Resseguador 10	1,8%				A++
Admitido	Resseguador 11	0,5%		A+		
Admitido	Resseguador 12	2,8%				A
Admitido	Resseguador 13	0,4%				A+
Admitido	Resseguador 14	7,4%				A+
Admitido	Resseguador 15	1,0%				A+
Admitido	Resseguador 16	6,2%	A	A		
Admitido	Resseguador 17	0,4%			A2	A
Admitido	Resseguador 18	6,2%	A	A		
Eventual	Resseguador 19	0,1%	A-	A-		
Eventual	Resseguador 20	0,0%	A	A		
Eventual	Resseguador 21	1,1%				A-
Eventual	Resseguador 22	1,0%				A
Eventual	Resseguador 23	1,0%	AA+	AA+		
Eventual	Resseguador 24	0,9%				A
Eventual	Resseguador 25	5,6%	AA-	AA-		
Eventual	Resseguador 26	5,2%	A-	A-		
Eventual	Resseguador 27	0,1%	AA	AA		

Risco de subscrição: O risco de subscrição está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de seguros e resseguros. Este risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos aceitos, como é explicado nas outras notas, realizados por uma equipe especializada nos ramos-alvo do Grupo BTG e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros nacional e internacional. A Companhia opera com tomadores, segurados, resseguradores e corretores, exclusivamente pessoas jurídicas, com reconhecido prestígio e longa atuação empresarial. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos, quanto as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 3 anos	A vencer acima de 3 anos	Total
31/12/2018				
Disponível	100	–	–	100
Aplicações	277.877	122.216	130.184	530.277
Créditos das operações com seguros e resseguros	291.950	161.530	61.655	515.135
Ativos de resseguro e retrocessão diferidas	152.490	(21.672)	250.099	380.917
Total	**722.417**	**262.074**	**441.938**	**1.426.429**
31/12/2018				
Contas a pagar	58.444	14	–	58.458
Débitos de operações com seguros e resseguros	183.625	104.209	41.282	329.116
Provisões técnicas	273.297	113.429	342.680	729.406
Total	**515.366**	**217.652**	**383.962**	**1.116.980**

	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 3 anos	A vencer acima de 3 anos	Total
31/12/2017				
Disponível	56	–	–	56
Aplicações	64.783	253.296	204.565	522.644
Créditos das operações com seguros e resseguros	232.720	120.364	115.672	468.756
Ativos de resseguro e retrocessão diferidas	122.573	160.582	38.033	321.188
Total	**420.132**	**534.242**	**358.270**	**1.312.644**
31/12/2017				
Contas a pagar	61.195	582	–	61.777
Débitos de operações com seguros e resseguros	162.243	70.462	100.458	333.163
Provisões técnicas	213.562	323.092	56.863	593.517
Total	**437.000**	**394.136**	**157.321**	**988.457**

• Cobertura das provisões técnicas

A tabela abaixo demonstra os passivos com seus relativos ativos garantidores:

	31/12/2018	31/12/2017
Total das provisões técnicas (a)	**311.620**	**276.519**
Provisões técnicas - resseguro aceito	716.828	593.517
Provisões técnicas - retrocessão aceita	12.578	–
(–) Direitos creditórios	(241.046)	(177.476)
(–) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(17.856)	–
(–) Ativos de retrocessão redutores de PPNG	(132.554)	(114.774)
(–) Ativos de retrocessão redutores de PSL	(18.853)	(18.538)
(–) Ativos de resseguro redutores de IBNR	(7.116)	(6.210)
(–) Ativos de resseguro redutores de PDR	(361)	–
Garantias das provisões técnicas (b)	**345.173**	**291.271**
Títulos públicos - LFT	345.173	291.271
Cobertura excedente (c)=(b)-(a)	**33.553**	**14.752**
Liquidez em relação ao limite de 20% do CR (d) (NE 11c)	**9.459**	**12.360**
Excesso de liquidez (c)-(d)	**24.094**	**2.392**

• Sensibilidade à taxa de juros

	31/12/2018 Impacto no Patrimônio Líquido e resultado a	31/12/2018 b	31/12/2017 Impacto no Patrimônio Líquido e resultado a	31/12/2017 b
Fator de risco sobre as estruturas vigentes				
Taxa de juros				
Elevação de taxas	(3)	(668)	–	(102)
Redução de taxas	3	668	–	102

a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2018 os papéis da companhia não eram afetados por taxas de juros, como em 31 de dezembro de 2017. **12. Imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes da tributação sobre o lucros e participações	85.037	84.323
Participações estatutários sobre o lucro	(7.569)	(6.802)
Juros sobre capital próprio	(24.609)	(26.000)
Base de cálculo	**52.859**	**51.521**
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes - Nota 3l	(23.786)	(23.184)
(Inclusões)/Exclusões permanentes no cálculo da tributação:	**330**	**406**
Resultado da equivalência patrimonial		
Multas	(1)	
Incentivos fiscais	307	
Juros sobre capital próprio		
Outras (inclusões)/exclusões permanentes	24	406
(Inclusões)/Exclusões temporárias no cálculo da tributação:	**199**	**(1.478)**
Reversão da provisão para ágio na aquisição de investimentos		
Resultado da avaliação a mercado de títulos e derivativos	(26)	(226)
Sinistros avisados	383	(383)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	(158)	(873)
Juros sobre capital próprio		
Outras provisões	–	5
Despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(23.257)**	**(24.256)**
Referentes a diferenças temporárias		
Constituição (Reversão) no exercício	**(199)**	**1.478**
Constituição sobre ágio na aquisição de investimentos		
Constituição (Reversão) sobre prejuízos no País		
Constituição (Reversão) sobre prejuízos de agência no exterior		
Diferencas sobre periodos anteriores	92	127
Ajuste de alíquotas	(193)	
(Despesa)/Receita de impostos diferidos	**(300)**	**1.605**
(Despesa)/Receita total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(23.557)**	**(22.652)**

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 350.000, representado por 337.178.487 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **b. Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. **c. Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro e seu montante está limitado ao saldo do capital social. **d. Distribuição de lucros:** Os acionistas tem direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como de parcela de dividendo mínimo. Em reunião realizada em 29 de março de 2018, os acionistas deliberaram o pagamento de R$ 26.603 a título de dividendos, correspondentes a lucros de exercícios anteriores. Todos os valores deliberados como dividendos foram pagos ao longo do exercício de 2018. Em reunião realizada em 29 de dezembro de 2018, os acionistas deliberaram a distribuição de R$ 24.609 a título de juros sobre capital próprio, gerando um impacto de redução das despesas com IRPJ e CSLL.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2019 08:30:26.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30044429] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

14. Detalhamento de contas da demonstração de resultado:

a. Prêmios de resseguro:

	2018	2017
Prêmio ganho de resseguro aceito	366.881	344.732
(–) Comissão sobre prêmio de resseguro ganho	(54.494)	(72.266)
Prêmio ganho de retrocessão aceita	18.820	–
(–) Comissão sobre prêmio de retrocessão ganho	(3.764)	–
Riscos vigentes não emitidos - RVNE	1.985	7.369
Total	**329.428**	**279.835**

b. Sinistros ocorridos:

	2018	2017
Indenizações avisadas	(156)	(20.260)
Provisões de Sinistros ocorridos mas não avisados	(181)	(5.201)
Provisões de de despesas relacionadas	(438)	–
Total	**(775)**	**(25.461)**

c. Resultado com operação de retrocessão:

	2018	2017
Prêmio cedido em retrocessão	(285.382)	(232.143)
Comissão sobre prêmio cedido em retrocessão	123.546	101.639
Recuperação de Indenizações	517	19.408
Variação da despesa de retrocessão	59.043	38.087
Outros resultados com operação de retrocessão	(7.609)	(8.088)
Total	**(109.885)**	**(81.097)**

d. Despesas administrativas:

	2018	2017
Despesa com pessoal próprio	(7.884)	(6.808)
Despesas com serviços de terceiros	(2.959)	(2.411)
Despesas gerais de funcionamento	(2.018)	(1.671)
Despesas com publicações	(118)	(102)
Emolumentos judiciais	(2)	(3)
Despesas com donativos e contribuições	(517)	(481)
Outras despesas	(1.619)	(1.694)
Total	**(15.117)**	**(13.170)**

e. Despesas com tributos:

	2018	2017
Impostos federais	(629)	(714)
Contribuição sindical	1	(85)
COFINS	(6.367)	(5.674)
PIS	(1.026)	(876)
Taxa de fiscalização	(1.039)	(1.213)
Total	**(9.060)**	**(8.562)**

f. Resultado financeiro:

	2018	2017
Resultado com títulos de renda fixa	38.108	47.184
Receita de aplicações no mercado aberto	2.362	3.288
Outras receitas financeiras	(49)	32
Ajuste a valor de mercado de títulos de renda fixa	(47)	(502)
Resultado financeiro com operações de resseguro	2	(1)
Receitas com títulos de renda fixa privados	–	–
Total	**40.376**	**50.001**

g. Custos de aquisição:

Custos de Aquisição	2018	2017
Despesas de Corretagem	(25.687)	(35.816)
Variação das despesas de corretagem diferidas	11.186	24.420
Total	**(14.501)**	**(11.396)**

h. Outras despesas operacionais:

	2018	2017
Despesa com consultoria de seguros	(995)	(818)
Outros	506	1.560
Total	**(489)**	**742**

15. Partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas o Banco BTG Pactual S.A. (controlador da BTG Pactual Holding S.A.) e a Pan Seguros S.A., seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essas operações referem-se, basicamente, a saldo em conta corrente, operações de aceite de resseguros da Pan Seguros S.A., a administração de sua carteira de investimentos gerida e administrada pelo Banco BTG Pactual S.A.. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo BTG Pactual, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

	Grau de relação	Ativo/(Passivo) 31/12/2018	Ativo/(Passivo) 31/12/2017	Receitas/(Despesas) 31/12/2018	Receitas/(Despesas) 31/12/2017
Ativo					
Disponibilidades					
- Banco BTG Pactual S.A.	Controlada	100	56	–	–
Títulos e créditos a receber					
- BTG Pactual Holding de Seguros S.A.	Controlada	47	–	–	–
Operações com seguradoras					
– Pan Seguros S.A.	Ligada	452.762	380.999	312.387	272.466
Passivo					
Operações com seguradoras					
– Pan Seguros S.A.	Ligada	(33.533)	(21.426)	–	–
Contas a pagar					
– Banco BTG Pactual S.A.	Controlada	(772)	(659)	(8.793)	(7.641)
– BTG Pactual Holding de Seguros S.A.	Controlada	(24.609)	(26.000)	(24.609)	(26.000)
– BTG Pactual Corretora de Resseguros	Ligada	(42.815)	(42.815)	(14.501)	(11.396)

Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não houve remuneração para o pessoal chave da administração. **16. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. **17. Outras informações: Contingências:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas. **18. Responsáveis:**

Diretoria

João Marcello Dantas Leite

Thiago Coelho Leão de Moura **Mariana Botelho Ramalho Cardoso**

Contador

Alexandre Akiyama Zanvettor - CRC - 1RJ-092069/O-8 S SP

Atuário

Marcos Falcão - MIBA nº 893

Parecer do atuário independente sobre as Demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da BTG Pactual Resseguradora S.A. - São Paulo - SP - CNPJ: 15.421.859/0001-41 - Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da BTG Pactual Resseguradora S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2018

Provisões Técnicas	**Em Milhares de R$**
Provisão de Prêmios não Ganhos	700.323
Provisão de Sinistros a Liquidar	19.705
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	8.984
Provisão de Despesas Relacionadas	394
Provisão Complementar de Cobertura	–
Total de Provisões Técnicas	**729.406**

Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	**Em Milhares de R$**
Direitos Creditórios	241.046
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	17.856
Ativos de Retrocessão Redutores de PPNG	132.554
Ativos de Retrocessão Redutores de PSL	18.853
Ativos de Retrocessão Redutores de IBNR	7.116
Ativos de Retrocessão Redutores de PDR	361
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	**417.786**

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	**Em Milhares de R$**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	387.003
Capital Base (b)	60.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	19.995
Capital de Risco - Crédito (d)	27.504
Capital de Risco - Mercado (e)	8.063
Capital de Risco - Operacional (f)	2.991
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(11.260)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	47.293
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	**60.000**
Suficiência do PLA (a) - (i)	**327.003**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Acionistas da **BTG Pactual Resseguradora S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da BTG Pactual Resseguradora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BTG Pactual Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade de supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

· livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual

· Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2019 08:55:23.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30045379] - www.imprensaoficial.com.br